Pedido de esclarecimento nº 01

Pregão Eletrônico Nº 90001/2025

Processo SEI 163.00005106/2024-31

Objeto: prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial

1. Há um contrato atualmente em vigor? Caso os serviços já estejam sendo prestados, gostaríamos de saber a identidade da empresa responsável.
2. Será necessário estabelecer um escritório em alguma cidade perto ou onde os serviços serão prestados?
3. Caso necessite de preposto, deve permanecer no local de prestação de serviço no órgão o tempo todo, ou pode apenas monitorar o contrato e visitar o local da prestação do serviço ocasionalmente?
4. Caso positivo, o órgão fornecerá a estrutura e os insumos para o preposto (como computador, cadeira, impressora, etc.)?
5. É permitido que um dos profissionais encarregados do escopo contratual atue como preposto?
6. Qual Convenção Coletiva foi usada para elaborar a estimativa de custos?
7. A planilha de custos precisa incluir, obrigatoriamente, os benefícios determinados na CCT, como assistência médica, odontológica, seguro de vida e auxílio funeral, etc.? Se não incluídos, a proposta será desclassificada?
8. Propostas cadastradas acima do valor estimado serão desclassificadas?
9. Qual é a alíquota do ISS do Município onde o serviço será prestado?
10. Será aceito atestado comprovando aptidão para prestação de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, ou será admitido um percentual mínimo que comprove a prestação de serviços de mão de obra?
11. Algum funcionário tem direito a adicionais de periculosidade ou insalubridade? Se sim, qual o grau?
12. A jornada de trabalho será registrada por meio de ponto eletrônico ou outras formas são aceitáveis? Caso seja por ponto eletrônico, quantos dispositivos serão necessários? O órgão já cotou o valor do relógio de ponto e incluiu-o no custo?
13. Quantos dias úteis devem ser considerados para o fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação?
14. Qual é o valor atual da tarifa de transporte público no local da prestação do serviço?
15. É necessário considerar o adicional de intrajornada ou noturno?
16. Caso tenha profissional com jornada 12x36, é necessário duplicar a quantidade de profissional por posto?
17. Poderia fornecer a planilha de custos (e, se aplicável, de materiais/equipamentos) em formato Excel?
18. No que diz respeito à Convenção Coletiva de Trabalho, a orientação é utilizar a CCT de 2023 ou a de 2024? Caso a opção seja pela de 2023, seria viável a repactuação do contrato com a licitante vencedora, a fim de ajustar os valores conforme as disposições da CCT vigente para o ano de 2024?
19. Considerando a atualização do salário mínimo, qual é a recomendação para o cálculo dos valores de adicional noturno? Deve-se adotar o salário mínimo de 2024 ou o de 2023? Caso a escolha seja pelo salário mínimo de 2023, seria factível a realização da repactuação contratual para adequação aos novos parâmetros?
20. O Aviso prévio trabalhado deverá ser balizado através da lei com o percentual de 1,94% ou podemos adequar a realidade da empresa?
21. Qual o quantitativo de funcionários?
22. Deverá ser contabilizado o valor da Intrajornada na planilha de custos?

----- RESPOSTAS -----

1. Sim, mas a informação não é relevante para a presente licitação, por este motivo deixa de ser respondido.
2. Sim, na cidade de São Paulo.
3. Não.
4. Não.
5. Não.
6. As informações a respeito da composição dos custos estão no Caderno – Vol. 01 Vigilância e Segurança Patrimonial, disponível no link <https://compras.sp.gov.br/agente-publico/cadterc/>
7. A planilha de composição de custos deve ser elaborada de acordo com o modelo apresentado no CADTERC.
8. Não.
9. O serviço será prestado na cidade de São Paulo.
10. Para fins de comprovação: atestados que comprovem com no mínimo 50%do número de postos de trabalho a serem contratados.
11. Conforme Caderno Técnico (CADTERC).
12. O controle cabe a empresa contratada.
13. Postos de 2ª a 6ª feira: 652 dias trabalhados. Postos de 2ª feira a domingo: 913 dias trabalhados.
14. O local de prestação de serviço é São Paulo – Capital – Centro.
15. Sim.
16. Sim.
17. A elaboração da planilha de custos é de responsabilidade do licitante, por este motivo não será fornecida.
18. Os valores serão reajustados conforme CADTERC, anualmente.
19. Os valores serão reajustados conforme CADTERC, anualmente.
20. O aviso prévio trabalhado deve seguir a legislação vigente, conforme disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na Lei nº 12.506/2011. O percentual de 1,94% pode ser utilizado como referência na composição da planilha de custos, desde que esteja em conformidade com as normativas aplicáveis. Caso a empresa adote um critério diferente, deverá apresentar a devida justificativa, observando que os valores devem refletir a realidade do contrato e respeitar os direitos trabalhistas.
21. 04 postos de trabalho, conforme consta no edital e seus anexos.
22. O tempo de intervalo intrajornada não é remunerado, exceto nos casos em que não seja concedido integralmente, conforme previsto no artigo 71 da CLT. Assim, a inclusão desse valor na planilha de custos deve seguir as diretrizes da legislação trabalhista e convenções coletivas aplicáveis. Caso a empresa entenda necessária a inclusão de algum valor a esse título, deverá fundamentar adequadamente.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2025.